



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Estado, políticas sociais e movimentos sociais

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA: ALICERCES DE RESISTÊNCIA POPULAR SERTANEJA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

JULIA MARIANE JANUARIO DE SOUZA¹

BÁRBARA ESTER CARMO RAMOS²

Resumo: Considerando o contexto histórico no qual o Semiárido brasileiro carrega consigo estigmas negativos, este artigo apresenta uma nova perspectiva das mobilizações populares com seus processos formativos contextualizados que favorecem o reconhecimento das identidades regionais e valorizam as conquistas de direitos sociais da agricultura familiar sertaneja.

Abstract: Considering the historical context in which the Brazilian Semiarid region carries negative stigmas, this article presents a new perspective on popular mobilizations with their contextualized training processes that favor the recognition of regional identities and value the achievements of social rights in rural family farming.

Palavras-chave: Semiárido brasileiro; movimentos sociais; educação contextualizada; Articulação do Semiárido;

Keywords: brazilian Semiarid; social movements; Contextualized education; Semiarid Articulation;

1. Introdução

Este estudo tem como objetivo apresentar como as organizações populares e a perspectiva da educação contextualizada são categorias alicerçantes da construção do paradigma da convivência com o Semiárido e contribuem, dessa forma, para a resistência do modo de vida da população sertaneja, possibilitando refletir sobre os desafios da formação e do trabalho profissional de assistentes sociais na região.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O estudo foi delimitado a partir da pesquisa realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) sobre “Resistências Sertanejas no Semiárido Brasileiro: a agricultura familiar, entre mudanças climáticas, secas, ajuste fiscal e pandemia no século XXI (2010-2020), inserido no Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL). Especificamente, entre 2022 e 2024, foram desenvolvidos planos de trabalho sobre “Resistências Sertanejas e Organização Política no Semiárido brasileiro no século XXI” e sobre “A educação no contexto da convivência com o Semiárido brasileiro”.

Ressalta-se que o Semiárido brasileiro é um espaço natural onde ocorre a predominância do clima semiárido, mas que é também politicamente delimitado, conforme determinação da Constituição Federal de 1988. Naquele espaço vivem cerca de 27,8 milhões de habitantes distribuídos em nove estados da Região Nordeste e no norte de Minas Gerais. A região costuma ser direta e unicamente associada às suas crises hídricas e as consequências disso para a população, entretanto, também deve ser caracterizada pela forte presença da agricultura familiar, pela riqueza dos biomas caatinga e cerrado, possuidores de grande variedade de espécies animais e vegetais que constroem diferentes paisagens a depender da época, além de sua riqueza cultural e tradições únicas transmitidas por gerações a partir das comunidades tradicionais.

Sendo a região alvo histórico em parte do abandono, em outra da exploração, é certo dizer que o Semiárido sofre consequências de três modelos de abordagem para sua particularidade geográfica e social, sendo o mais recente deles, a perspectiva da Convivência com o Semiárido, uma tentativa de contestar as políticas de combate à seca e as investidas da modernização conservadora que penetraram historicamente a região, reproduzindo a dependência e a sujeição da população trabalhadora sertaneja.

O Paradigma da Convivência foi construído através da compreensão de diversos agentes da sociedade de que é possível que os habitantes do Semiárido convivam de maneira harmoniosa com a natureza, considerando suas fragilidades e potencialidades, desenvolvendo atividades produtivas apropriadas sem exaurir os recursos naturais da região, orientadas para melhoria das condições do seu modo de vida e preservando as culturas regionais. Para isso, os movimentos sociais possuem importante papel na divulgação e na promoção da conscientização popular acerca dessa concepção. Nesse sentido, aglutinados em rede na Articulação do Semiárido (ASA) carregam consigo o dever de espalhar esse novo olhar, além de denunciar a continuidade da exploração econômica que destrói o bioma caatinga, enfrentando as práticas conservadoras e

assistencialistas que favorecem as velhas oligarquias sertanejas, o latifúndio empresarial moderno e a lógica da acumulação capitalista.

Nesse contexto de resistência, a educação contextualizada orientada pelos princípios da educação popular do campo, vem sendo um instrumento fundamental de reconhecimento dos sujeitos enquanto agentes transformadores da sua realidade e autores da mudança do cenário político e social ao qual estão inseridos. Tem por ponto de partida reconstruir novas imagens e narrativas sobre o Semiárido, compreendendo e valorizando conhecimentos locais, com a valorização das tradições e saberes apreendidos pela agricultura familiar sertaneja na perspectiva da convivência com o Semiárido, mobilizando os sujeitos sociais para conquista de direitos de acesso à água, à terra e às condições socioproductivas, o que requer enfrentamento das estruturas de dominação econômica, política e cultural que reproduzem as estruturas de desigualdades.

Nesse contexto de contradições e disputas societárias, é importante considerar os processos formativos e de intervenção do Serviço Social, enquanto uma profissão historicamente inserida nos enfrentamentos às problemáticas regionais. Ressalta-se que essa intervenção é marcada por contradições. Verifica-se, inicialmente, a atuação de Assistentes Sociais nas ações emergenciais de combate aos efeitos da seca, bem como no suporte à implantação de grandes projetos de modernização econômica orientados à valorização do capital. No entanto, diversos relatos históricos mostram a atuação de profissionais do Serviço Social atuando ao lado dos movimentos populares de resistência no Semiárido, denunciando as estruturas de reprodução das desigualdades, fortalecendo processos de conquista de direitos e assessorando a construção de alternativas de convivência na região. Nas últimas décadas, o Serviço Social tem sido fundamental na implantação e expansão das políticas sociais no Semiárido, sobretudo no campo da seguridade social, fortalecendo as capacidades sertanejas.

Dessa forma, o presente artigo busca contribuir para essa identidade profissional do Serviço Social na região, considerando os processos populares de organização social e política e de educação contextualizada para a convivência com o Semiárido.

2. Metodologia

Este artigo foi construído e orientado pelo método do materialismo histórico crítico-dialético, analisando criticamente a realidade social a partir de sua concretude, seus movimentos e sua dinâmica histórica, bem como suas contradições, de modo que na pesquisa “é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador.” (Netto,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2011, p.53). Dessa forma, buscou-se analisar a realidade social do Semiárido brasileiro a partir de suas particularidades históricas, identificando as determinações sociais e as contradições que caracterizam a realidade em uma perspectiva de totalidade.

A metodologia de pesquisa qualitativa a partir de estudos bibliográficos e documentais encabeçou um mergulho na análise e compreensão dos contextos históricos e visões de mundo, sendo o destaque a análise do Paradigma da Convivência com o Semiárido (Silva, 2010), a análise da construção dos movimentos sociais (Gohn, 2011; Scherer-Warren, 2006; Brito, 2007), ligados à análise acerca da educação contextualizada como instrumento de fortalecimento da resistência sertaneja (Freire, 1979); Filho- Frigo, 2010), bem como a relação do Serviço Social com o fortalecimento dessas categorias (Duriguetto; Abramides, 2014;).

Além da Introdução e dessa breve explicitação da metodologia, o artigo contém, na sequência, uma síntese de características físicas e socioeconômicas do Semiárido, considerando o contexto sócio-histórico e político da formação do espaço geográfico. A quarta seção trata dos processos de organização política, destacando as recentes estratégias de redes sociais no Semiárido e suas estratégias para uma educação contextualizada, em um cenário marcado por lutas e interesses contraditórios. Na sequência, a quinta seção destaca a Educação Contextualizada como uma estratégia fundamental da Articulação do Semiárido para fortalecer as capacidades de resistência sertaneja orientada pela convivência com o Semiárido. Por fim, antes das considerações finais, arremata-se a discussão sobre a relação entre os processos emancipatórios de construção da resistência sertaneja e o projeto ético-político do Serviço Social no contexto do Semiárido.

3. O Semiárido brasileiro

É certo que ao se pensar na região semiárida, grande parte das pessoas e instituições está apegada à visão de uma região das secas que carrega mazelas ambientais, demográficas e históricas consideradas inatas, segundo a visão do senso comum, perspectiva também induzida através dos recursos midiáticos que ajudaram a divulgar o imaginário dos flagelados da seca e do sofrimento do retirante nordestino como destino cruel e imutável.

Essa visão é encabeçada pelas características físicas do Semiárido, que em parte são naturais da região, segundo sua localização geográfica. O Semiárido Brasileiro ocupa 1,128.697,4km², que segundo a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) abrange 12% do território brasileiro, composto por 1.262 municípios e cerca de 28 milhões de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

peças, estando a maior parte da população localizada nas zonas urbanas³. É uma região caracterizada pelo predomínio da semiaridez de seu clima e pela escassez hídrica devido às irregularidades pluviométricas, somada a condição de solo cristalino, que torna a possibilidade de armazenamento de água das chuvas dificultosa. Entretanto, convém salientar que cerca de 42% da superfície terrestre é caracterizada pela escassez hídrica com climas que variam de hiper-árido, áridos semiárido e sub-úmido seco. Curiosamente, a área geográfica de domínio do clima semiárido no Brasil é considerada como uma com maior volume de chuvas, embora a evaporação seja também elevada, de forma que em várias áreas, “chove mais para cima do que para baixo”. Mesmo assim somos um dos semiáridos mais chuvosos no mundo.

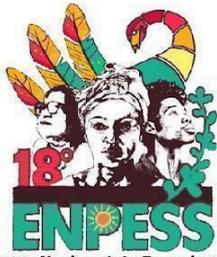
Na área de domínio do semiárido, encontramos dois grandes biomas (Caatinga e Cerrado) e centenas de ecossistemas. O bioma Caatinga predomina no semiárido com uma área que equivale a 11% do território brasileiro. Importante destacar que o bioma Caatinga possui uma interessante capacidade de adaptação ao clima semiárido, com variedades de espécies vegetais que possuem a habilidade do xeromorfismo, ou seja, a capacidade de armazenar água em suas raízes e caules (suculentos), além do controle da evapotranspiração nas estações chuvosas e secas, com perda e recuperação das folhagens e flores, além dos mecanismos de defesa com espinhos, típicos das cactáceas.

No entanto, o espaço geográfico não é caracterizado apenas pelas condições edafoclimáticas, mas decorre de processos sócio-históricos da ocupação, uso e formação humana que são perpassados pelas relações sociais de exploração, o que permite a compreensão das expressões particulares da questão social⁴ no território semiárido.

Durante milênios o Semiárido foi ocupado por povos originários indígenas, cujos modos de vida baseados no nomadismo, considerando as estações do ano, mesmo que irregulares, compunham um cabedal de conhecimentos a partir do entendimento do ambiente e orientava o uso dos recursos naturais disponíveis. Com a invasão dos europeus e a exploração das terras para criação de gado e abastecimento da área canavieira (centro dinâmico da exploração colonial), os povos originários e seus modos de vida orientados para a convivência foram dizimados, um verdadeiro genocídio e etnocídio (Silva, 2020). Foi assim que surgiram os problemas referentes às atividades produtivas inapropriadas, no Semiárido, somadas ao

³ Instituto Nacional do Semiárido (INSA)

⁴ A questão social não é se não as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.” (CARVALHO E IAMAMOTO, 1983, p.77)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

adensamento demográfico agregado a essas atividades. As ocorrências das secas prolongadas tornaram-se um obstáculo à expansão colonial e logo alçaram a condição de vilãs, sendo responsabilizadas, até hoje, pelas mazelas regionais.

A seca na região semi-árida só passou a ser considerada como problema relevante no século XVIII, depois que se efetivou a penetração da população branca nos sertões, com o aumento da densidade demográfica e com a expansão da pecuária bovina. Desde então, as secas passaram a entrar de forma permanente nos relatos históricos, enfatizando a calamidade da fome e acusando os prejuízos dos colonizadores e das fazendas de gado. (SILVA, 2010, p. 36)

Ao longo das décadas, por interesses políticos, a desigualdade social presente na região foi justificada pelo fato de a região possuir déficit pluviométrico. Apesar dos estudos desenvolvidos por volta do século XX acerca das condições climáticas e geográficas da região⁵, as decisões que marcaram o período de “combate às secas” foram predominantemente tomadas a partir de ações emergenciais de abastecimento hídrico e alimentício, além de construções de açudes planejadas para suprimir as necessidades das grandes fazendas de gado, atitude que colocou a população em uma situação de subordinação e dependência, fazendo-as reféns das práticas assistencialistas, coronelistas e paliativas. Essa prática que resultou no enriquecimento dos coronéis, ficou conhecida como a “indústria das secas”⁶, marcada para além das práticas clientelistas, potencializadas pela violência, patrimonialismo e exploração da miséria e do fenômeno climático natural.

A emergência desse conflito corrobora a afirmação do sociólogo Francisco de Oliveira de que as instituições criadas no início do século XX, para o combate à seca, foram historicamente capturadas pelas elites dominantes locais, caracterizando o Estado oligárquico. [...] As barragens construídas diretamente pelo Estado ou em regime de cooperação com os grandes proprietários, serviam, prioritariamente, para a sustentação do gado e, apenas marginalmente, para a implantação das culturas de subsistência nas várzeas. (Silva, 2010, p.49)

No período desenvolvimentista surgiu a preocupação de ocupação do Semiárido com o impulsionamento do modelo industrial brasileiro, de forma que tecnologias pontuais e limitadas passaram a ocupar o território sob a perspectiva do desenvolvimento econômico-conservador, onde o acúmulo de riquezas dos polos industriais chamou atenção, ocasionando o surgimento de “ilhas de desenvolvimento”, que não levavam em consideração a cultura popular local, o modo de vida sertaneja da agricultura familiar e a preservação da natureza.

⁵ A partir da criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909

⁶ Termo utilizado pela primeira vez pelo jornalista Antônio Callado em 1959. (Silva, 2010)

Os principais beneficiários dos investimentos na industrialização do Nordeste, após a criação da Sudene, foram as grandes empresas, nacionais e multinacionais, sobretudo extra-regionais, atraídas pelos incentivos oferecidos pelo governo. (Silva, 2010, p. 56)

Sob essas duas perspectivas, o poder das oligarquias sertanejas, o acúmulo de capital e a permanência do poder político são impulsionados e a representação mais fiel do semiárido como território político e cultural, onde são promovidas ações descontínuas e focalizadas sob “justificativas para políticas que promovem uma modernização conservadora” (Gohn, 2011, p. 347).

No entanto, apesar da existência desses territórios mais dinâmicos do capital (agronegócio, mineração e geração de energia eólica e solar), no Semiárido rural ainda predominam as atividades agrícolas e a pecuária, sobretudo de base familiar (Silva et al, 2020). É a partir do cultivo em suas áreas de minifúndios que os sertanejos adquirem seus alimentos para subsistência e o pouco excedente que geram para comercialização. Entretanto, devido às carências que perpassam a falta de acesso à água e a terra, a baixa escolaridade e a dificuldade de acesso à assistência técnica e às tecnologias, essa é uma dimensão historicamente precarizada. Segundo Silva et al (2020), com base no Censo Agropecuário de 2017, 26,4% dos chefes dos estabelecimentos nunca frequentaram uma escola, 42,2% cursaram somente a alfabetização até o “antigo primário” e apenas 8,8% concluíram o ensino médio. Essas características regionais cooperam para a permanência da fragilidade socioeconômica da região.

Dadas essas características, a sociedade civil tomada pela força adquirida através do processo de redemocratização do Brasil, ao final do século XX passou a refletir sobre alternativas sociais e produtivas que fossem capazes de valorizar e fortalecer as capacidades de autonomia e a conquista de direitos sociais para a agricultura familiar do Semiárido brasileiro.

A denominada perspectiva da “Convivência com o Semiárido” expressa um paradigma que vem sendo construído nas bases dos movimentos sociais e das organizações sociais e de outras instituições de ensino e pesquisa que buscam enfrentar o ponto de vista enviesado do poder político hegemônico de combate às secas e de modernização conservadora, de modo que:

A convivência é uma proposta cultural que visa contextualizar saberes e práticas (tecnológicas, econômicas e políticas) apropriados à semi-aridez (*sic*), reconhecendo a heterogeneidade de suas manifestações sub-regionais, considerando também as compreensões imaginárias da população local sobre esse espaço, suas problemáticas e alternativas de solução que se foram construindo e desconstruindo ao longo da história de sua ocupação. (SILVA, 2010, p.188-89)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A perspectiva da convivência traz consigo o histórico de lutas pelo reconhecimento regional e pela construção de políticas públicas direcionadas a promover a autonomia dos sertanejos, o desenvolvimento da agricultura familiar e uma estratégia sustentável de desenvolvimento que não esteja atrelada ao acúmulo de riquezas e poder político na região:

O segredo da convivência com o Semi-Árido passa pela produção e estocagem dos bens em tempos chuvosos para se viver adequadamente em tempos sem chuva. O principal bem a ser estocado é a própria água. Parece contraditório falar assim, pois dizem que ali não chove. Mas, como vimos, o Semi-Árido brasileiro é o mais chuvoso do planeta. (Malvezzi, 2007, p.12)

Partindo da reflexão do autor, de que o segredo da convivência é a adequação ao clima de maneira inteligente, respeitando os limites do ecossistema, podemos concluir que investir nos meios que possibilitem a permanência dos sertanejos a partir da convivência é fundamental em um projeto social emancipatório no Semiárido, o que requer fortalecer os movimentos sociais e realizar mudanças educacionais profundas.

4. A organização política dos movimentos sociais e a Educação Contextualizada no Semiárido

A investigação sobre as ações coletivas e os processos organizativos no Semiárido brasileiro é fundamental para compreensão das características e significados nos movimentos sociais que buscam construir uma nova perspectiva de convivência com o Semiárido, considerando os contornos históricos da sua formação social no contexto de expansão capitalista no Brasil.

Maria da Glória Gohn (2011) analisa os movimentos sociais a partir de três fatores: identidade,positor e projeto político. A partir da análise da autora, é possível compreender que a organização coletiva surge pela necessidade de atender demandas, geralmente populares, que são ignoradas pelo poder público, utilizando da força de pressão das massas para manifestar uma exigência, ou seja, é uma expressão político-ideológica de reivindicação de um interesse coletivo.

Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet (Gohn, 2011, p.335).

As manifestações populares no Semiárido fazem parte da história e cultura de uma região marcada por injustiças sociais que historicamente acarretam formas passivas e ativas de revolta popular. Djacir Menezes (1970) refletiu sobre como a realidade sertaneja tem sido marcada por conflitos e dificuldades, concluindo que a resistência dos sertanejos em razão da negligência do Estado em relação ao Semiárido, se refletia em respostas reativas violentas (do movimento do cangaço, por exemplo), e em respostas passivas (movimentos sociorreligiosos, a exemplo de canudos na Bahia e Caldeirão da Santa Cruz, no Crato/CE). No entanto, como é sabido, diante da ação violenta do Estado brasileiro, esses movimentos podem passar da passividade à resistência ativa.

Um processo mais ativo de constituição de movimentos sociais, com as ligas camponesas e sindicatos rurais, começou a tomar forma em meados do Século XX, tendo por base a luta pela terra e pelas condições de trabalho na região. No entanto, o regime ditatorial civil-militar decorrente do golpe de 1964, interrompeu e limitou esses processos, mantendo-se uma base organizativa nas ações promovidas pelas pastorais e comunidades eclesiais de base da Igreja Católica. Posteriormente, com o processo de redemocratização, nas décadas de 1980 e 1990, foi retomada a construção de movimentos sociais que colocavam as demandas do Semiárido nas agendas de denúncias sobre o abandono da região, das calamidades que permaneciam e se agravam nos momentos de secas prolongadas, bem como no desenvolvimento dos chamados projetos alternativos comunitários que fortaleciam as capacidades da população sertaneja, conforme Silva (2020).

No final do século XX em diante, diversos movimentos sociais que lutavam por diferentes fatores identitários (ambientalistas, feministas, indígenas e quilombolas etc.) buscaram unir forças em prol do Semiárido com o intuito de organizar um manifesto que envolvesse todas as demandas da região, mas sobretudo, a luta pela garantia do acesso à água. Nesse período começam a ser formadas novas redes de movimentos sociais: “Esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas.” (Scherrer-Warren, 2006, p.113).

É com essa definição que se coloca o debate sobre a experiência organizativa da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), definida como uma rede capaz de mover-se como movimento social em sua atuação no Semiárido brasileiro, de maneira que, inseridos nessa organização, os sujeitos coletivos se tornam independentes e donos de seus próprios processos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

organizativos (Brito, 2007). O que mais representa os resultados obtidos pela rede é a consolidação do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC⁷, elaborado pela ASA em 1999, que busca através da propagação de diversas tecnologias sociais garantir o acesso à água nas propriedades de agricultores familiares no Semiárido. Além disso, o programa tem a perspectiva da educação contextualizada, de modo que os sertanejos participem de todas as etapas do processo de implementação.

Trata-se de uma trajetória que articula grupos comunitários, comunidades de base, sindicatos – os quais que realizam o trabalho organizativo e mobilizador na base, no local onde as pessoas vivem e trabalham – e passa pela realização de ações mais articuladas ou mobilizações que foram constituindo estruturas organizativas, que, por sua vez, fortaleceram as mobilizações e o enfrentamento do poder instituído [...]. (Brito, 2007, p.231)

A construção da identidade dos sujeitos é basilar para a constituição de qualquer tipo de organização social, sobretudo quando estamos tratando de movimentos sociais populares. Da mesma forma, o reconhecimento cultural manifestado no território do Semiárido brasileiro, no que diz respeito aos sertanejos agricultores familiares é determinante para formalização de uma demanda. Por isso, no contexto de afirmação de um novo paradigma orientado para a convivência no Semiárido, a adesão e o reconhecimento da agricultura familiar e de seus sujeitos é uma demanda fundamental no processo de organização política. A partir desse reconhecimento, da desmistificação climática, das denúncias sobre os processos de reprodução das carências sociais históricas, bem como da disseminação das tecnologias alternativas com valorização das possibilidades e potencialidades de modos de vida da população sertaneja, busca-se fortalecer processos mobilizatórios.

Assim é possível avançar na conquista dos meios necessários à satisfação das necessidades materiais de subsistência (água, terra, acessos a direitos sociais), mas também da construção da autonomia, enfrentando o poder político assistencialista e oligárquico que predomina secularmente na região com base nas políticas emergenciais e de engenharia hídrica justificadas como de combate às secas. Da mesma forma, coloca-se uma alternativa que é construída e defendida por sujeitos políticos que realizam incidência nas políticas públicas em favor da agricultura familiar e da agroecologia.

⁷ “Assim, o P1MC possibilita inúmeros avanços não só para as famílias, mas para as comunidades rurais como um todo, como o aumento da frequência escolar, a diminuição da incidência de doenças em virtude do consumo de água contaminada e a diminuição da sobrecarga de trabalho das mulheres” (Articulação do Semiárido)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Enquanto alternativa para o reconhecimento da construção dos povos sertanejos e da valorização dos seus saberes, a educação vem sendo desenvolvida pelos movimentos sociais a partir do contexto específico do Semiárido, onde vem sendo utilizada também como instrumento para o fortalecimento da convivência com o território, para a edificação da identidade e para a reivindicação dos direitos dos sertanejos. Dessa maneira, utilizamos da reflexão de Paulo Freire para afirmar que educação é “comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.” (Freire, 1979, p. 46). Nesse sentido, uma das formas de se debater educação como instrumento de fortalecimento da resistência sertaneja é entender que o movimento da organização política é, por si só, um movimento educacional. Quando falamos sobre educação popular e educação nas bases das organizações políticas, estamos falando sobre um troca legítima de saberes dos mais diversos, unidos com o propósito de construir coletivamente sujeitos dotados de capacidades e de autonomia, a partir do entendimento de que não existe transferência unilateral de conhecimento, de forma que os indivíduos crescem a partir da interação com os demais e com o espaço em que estão inseridos.

A comunicação eficiente exige que os sujeitos interlocutores incidam sua "admiração" sobre o mesmo objeto; que o expressem através de signos linguísticos pertencentes ao universo comum a ambos, para que assim compreendam de maneira semelhante o objeto da comunicação. Nesta comunicação, que se faz por meio de palavras, não pode ser rompida a relação pensamento-linguagem-contexto ou realidade. (Freire, 1979 p.47)

Pensar no processo aprendizagem-organização no Semiárido é pensar nas lutas sociais dos grupos constituintes da ASA e a necessidade das discussões acerca das demandas que perpassam a luta de classes. Não obstante, as discussões orquestradas pelos movimentos sociais permitem uma compreensão crítica em torno do contexto que estão inseridos e de suas incidências no cenário político com protagonismo popular.

Também podemos pensar de maneira articulada os movimentos sociais de luta pela educação do campo no Semiárido e em como estes pressionam o Estado na necessidade de garantir as políticas sociais que viabilizem o acesso dos sertanejos que vivem no meio rural à educação, visto que o grau de escolaridade formal na região é baixo em comparação a outras regiões do Brasil.

Observa-se na análise dos dados disponíveis que a melhoria do nível educacional no Semiárido depende majoritariamente dos investimentos nas escolas públicas, em virtude da população estudante concentrar-se nessas instituições. Não obstante, convém salientar que a

população mais jovem abandona os estudos à procura de trabalho para contribuir na renda familiar e conseqüentemente não retornam. Alguns desses estudantes não chegam a concluir nem mesmo o ensino fundamental.

Para além disso, há de se refletir sobre como a educação formal tem influência na construção dos símbolos que se perpetuam no imaginário dos indivíduos. No Semiárido, conforme já alertamos, a simbologia que permaneceu como a principal visão que se tem do território e de seus moradores é a dos flagelados da seca, da terra infértil e da água escassa. Símbolos que hoje são enfrentados politicamente, almejando um futuro no qual as imagens que sejam mais divulgadas e buscadas se refiram ao paradigma da convivência, ou seja, das alternativas que estão sendo construídas e vivenciadas no Semiárido para uma vida melhor da população local.

Nesse prisma, a educação contextualizada e a organização política são instrumentos basilares do fortalecimento da resistência sertaneja. As duas categorias só podem andar alinhadas, de maneira que o processo da troca de saberes, da comunicação não-hierarquizada, possa dar base para a reivindicação educacional, mas não somente, como também para o reconhecimento da identidade cultural da região e de seus habitantes, que donos de sua própria história podem construir os saberes necessários para resistirem.

6. A resistência sertaneja e o projeto ético-político do serviço social

Compreender o Serviço Social na sua trajetória histórica no Semiárido brasileiro, conforme já destacado na introdução, nos traz a reflexão sobre as suas diversas perspectivas de intervenção em determinados contextos, seja no desenvolvimento de comunidade, nas ações emergenciais e no suporte às obras governamentais e na implantação de projetos empresariais na região. No entanto, desde o processo de reconceituação em que busca romper com as intervenções assistencialistas e conservadoras da ordem, o Serviço Social tem buscado se alinhar mais com a base da mobilização popular em prol dos direitos do Semiárido brasileiro. Dessa forma, apesar da profissão carregar consigo um histórico de contradições que condizem com a realidade da formação social do Brasil, entretanto, a partir da redemocratização do país, tornou-se sinônimo de resistência e justiça social.

No que se refere ao projeto ético-político do Serviço Social, o Código de Ética de 1993 dispõe sobre a necessária articulação da profissão “[...] com a luta geral dos trabalhadores e a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.” (CFESS, 1993, p.18). Nesse

sentido, é preciso avançar também na dimensão investigativa, buscando apreender as particularidades das expressões da questão social em relação à questão regional e à questão ambiental:

Um dos desafios da intervenção profissional é apreender as expressões que as desigualdades sociais assumem na vida dos sujeitos e fortalecer suas formas de resistência já existentes ou ainda ocultas, ou seja, o desvelamento das formas de organização e das potencialidades de mobilização e de luta. (Abramides; Duriguetto, 2014, p.189)

Faz-se necessário pensar o serviço social em sua dimensão ideopolítica como agregador de ideias e fonte de conhecimento, de modo que assistentes sociais consigam estabelecer uma reflexão que una os fundamentos profissionais às discussões em torno do modelo organizacional de luta dos trabalhadores, sobretudo analisando as diferenças regionais e seus devidos contextos históricos.

Dessa forma é indispensável que a compreensão sobre a complexidade da realidade do Semiárido esteja presente nos ambientes de formação e de discussão do Serviço Social no contexto regional. Da mesma forma, os processos históricos de reprodução das desigualdades e as estratégias de resistência e enfrentamentos às mesmas pela agricultura familiar devem ser objeto de estudo e de vivências em pesquisas e nas atividades de extensão durante a formação de futuros assistentes sociais. Assim, é garantido que a abordagem acerca das disputas de interesses e da lógica capitalista no contexto brasileiro seja refletida a partir da concretude das realidades locais, de modo que os profissionais não traduzam sua atuação em culpabilização da natureza e/ou dos indivíduos, gerando conformismos e fatalismos (Abramides; Duriguetto, 2014).

Também é importante pontuar a dimensão da profissão em que é pressuposto que o Assistente social deve prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade⁸, de modo a fortalecer as lutas da classe trabalhadora.

É a partir dos direitos que fazemos o resgate da cultura de um povo e de uma nação, especialmente em tempos neoliberais que destroem ou massificam as culturas locais, regionais ou nacionais. (Gohn, 2011, p.346)

A partir dessa lógica, somar à luta pelos direitos da população sertaneja do Semiárido brasileiro é também competência profissional do Serviço Social, de modo que é fundamental que haja uma troca de saberes mútuos entre assistentes sociais e organizações e movimentos

⁸ Lei de Diretrizes e Bases do Serviço Social (1993)

populares e com isso seja garantido ainda mais o fortalecimento da resistência sertaneja, cumprindo com a determinação do projeto ético-político profissional de emancipação humana e busca por um novo projeto de sociedade.

5. Conclusão

Esse estudo possibilitou uma aproximação e melhor compreensão sobre a realidade social do Semiárido brasileiro e os reflexos históricos da trajetória vivenciada pelos trabalhadores sertanejos a partir da ocupação do território desde a colonização europeia. A partir disso, compreendemos que os movimentos sociais estão presentes na região desde sua formação, devido às injustiças sociais a que foram submetidos seus habitantes originários, os povos que foram escravizados e os pequenos lavradores que foram e são extremamente explorados.

As reivindicações populares hoje formalizadas em redes de articulação são o alicerce ao qual se construiu uma nova visão regional, que foge dos estigmas construídos no imaginário popular e prezam pela valorização cultural dos saberes e das práticas populares, de modo que os protagonistas da região sejam os trabalhadores que a sustentam, ou seja, os que constituem a agricultura familiar sertaneja. São pessoas que carregam em si a história de um povo que resiste em meio a situações desfavorecidas e que devem ser enaltecidos por essa perspectiva. A educação nesse contexto é, também, construtora de identidade e resistência, pois é instrumento que dá voz aos que por muito tempo não foram ouvidos, tornando-os capazes de narrar livremente sua história.

É por isso que o Serviço Social, como profissão, deve somar a essa perspectiva, pensando a profissão como lugar de posicionamento e não de neutralidade, com enfrentamento às injustiças do modo de exploração capitalista. O novo projeto de sociedade que se encontra no horizonte político da profissão deve estar orientado também pela perspectiva da valorização dos territórios e seus habitantes e pelo fortalecimento das lutas sociais.

Referências



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia, (orgs.). Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL. **Lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1993.

BRITO, Paulo Afonso Barbosa. Redes, solidariedade e cidadania democrática: a experiência inovadora da articulação do Semi-Árido. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9643>> Acesso em abril de 2020.

DURIGUETTO, M. L; BALDI, L. A. P. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Revista Katálysis**, V. 15, n. 2, p. 193-202, jul/dez, 2012. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rk/a/5yKQcYhZCF9J6GxhYz7dXYs/#>> Acesso em maio de 2022.

FARIAS, L. M.; MARQUESAN, F. S. Educação (contextualizada) no Semiárido Nordeste. In: **IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**, 2016, Porto Alegre. Disponível em <<https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/221>> Acesso em julho de 2023.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333–361, maio 2011.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.

MENEZES, D. O binômio: o violento e o místico. In: **O outro Nordeste**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018.

MST, **Caderno da Educação Nº 08 - Princípios da Educação no MST**, 2021. Disponível em:(MST) Caderno da Educação Nº 08 – Princípios da Educação no MST - MST

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANTOS, Clarice. O golpe e a cassação do direito fundamental dos camponeses à educação do campo. **Okara: Geografia em debate**. João Pessoa/PB, v12, nº 2, p.322- 433, 2018. Disponível em <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/41323/20698>> Acesso em maio de 2022.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109–130, jan. 2006.

SILVA, R. M. A. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: BNB, 2010.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SILVA, R. M. A. Profetismo da Igreja Católica nos anos 1970 e 1980 no Brasil: as contribuições para uma economia popular solidária. **Paralellus** (Online). , v.11, p.397 - 413, 2020.

SILVA, R. M. A.; AQUINO, J. R. de; COSTA, F. B.; NUNES, E. M. Características produtivas e socioambientais da agricultura familiar no Semiárido brasileiro: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v.55, ed. especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, p. 314-338, dez. 2020.